

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**MONIQUE ZARDIN DOS REIS**

**ANÁLISE E ADEQUAÇÃO DO CONCEITO DE “NOVA CLASSE MÉDIA” À  
REALIDADE BRASILEIRA**

**Porto Alegre**

**2014**

**MONIQUE ZARDIN DOS REIS**

**ANÁLISE E ADEQUAÇÃO DO CONCEITO DE “NOVA CLASSE MÉDIA” À  
REALIDADE BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão submetido ao  
Curso de Graduação em Ciências  
Econômicas da Faculdade de Ciências  
Econômicas da UFRGS, como requisito  
parcial para obtenção do título Bacharel  
em Economia.

Orientador: Profa. Glaucia Campregher

**Porto Alegre**

**2014**

**MONIQUE ZARDIN DOS REIS**

**ANÁLISE E ADEQUAÇÃO DO CONCEITO DE “NOVA CLASSE MÉDIA” À  
REALIDADE BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão submetido ao  
Curso de Graduação em Ciências  
Econômicas da Faculdade de  
Ciências Econômicas da UFRGS,  
como requisito parcial para obtenção  
do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Gláucia Campregher – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Cássio da Silva Calvete  
UFRGS

---

Prof. Dr. Helio Afonso de Aguiar Filho  
UFRGS

*De repente, classe C*

*“Eu me considerava um rapaz razoavelmente feliz até descobrir que não sou mais pobre e que agora faço parte da classe C.*

*Com a informação, percebi aos poucos que eu e minha nova classe somos as celebridades do momento. Todo mundo fala de nós e, claro, quer nos atingir de alguma forma. Há empresas, publicações, planos de marketing e institutos de pesquisa exclusivamente dedicados a investigar as minhas preferências: se gosto de azul ou vermelho, batata ou tomate e se meus filmes favoritos são do Van Damme ou do Steven Seagal. (Aliás, filmes dublados, por favor! Afinal, eu, como todos os membros da classe C, aparentemente tenho sérias dificuldades para ler com rapidez essas malditas legendas.)*

*A televisão também estudou minha nova classe e, por isso, mudou seus planos: além do aumento dos programas que relatam crimes bizarros (supostamente gosto disso), as telenovelas agora têm empregadas domésticas como protagonistas, cabeleireiras como musas e até mesmo personagens ricos que moram em bairros mais ou menos como o meu. A diferença é que nesses bairros, os da novela, não há ônibus que demoram duas horas para passar nem buracos na rua.*

*Um telejornal famoso até trocou seu antigo apresentador, um homem fino e especialista em vinhos, por um âncora, digamos, mais povão, do tipo que fala alto e gosta de samba. Um sujeito mais parecido comigo, talvez. Deve estar lá para chamar a minha atenção com mais facilidade.*

*As empresas viram a luz em cima da minha cabeça e decidiram que minha classe é seu novo alvo de consumo. Antes, quando eu era pobre, de certo modo não existia para elas. Quer dizer, talvez existisse, mas não tinha nome nem capital razoável. De modo que agora elas querem me vender carros, geladeiras de inox, engenhocas eletrônicas, planos de saúde e TV por assinatura. Tudo em parcelas a perder de vista e com redução do IPI.*

*E as universidades privadas, então, pipocam por São Paulo. Os cursos custam R\$ 200 reais ao mês, e isso se eu não quiser pagar menos, estudando à distância. Assim como toda pasta de dente é a mais recomendada entre os dentistas, essas universidades estão sempre entre as mais indicadas pelo Ministério da Educação, como elas mesmas alardeiam. Se é verdade ou não,*

*quem pode saber? E se eu não acreditar na educação privada, posso tentar uma universidade pública, evidentemente. Foi o que fiz: passei numa federal, fiz a matrícula e agora estou em greve porque o campus cai aos pedaços. Não tenho nem sala de aula.*

*Não que eu não esteja feliz com meu novo status de consumidor, não deve ser isso. (Agora mesmo escrevo em um notebook, minha TV tem cem canais de esporte e minha mãe prepara a comida num fogão novo; se isso não for felicidade, do que se trata, então?) O problema é que me esforço, juro, mas o ceticismo ainda é minha perdição: levo 2h30 para chegar ao trabalho porque o trem quebra todos os dias, meu plano de saúde não cobre minha doença no intestino e morro de medo das enchentes do bairro. Ou seja, ao mesmo tempo em que todos querem me atingir por meu razoável poder de consumo, passo por perrengues do século passado. Eu e mais de 30 milhões de pessoas – não somos pobres, mas classe C.*

*Deixa eu terminar por aqui o texto, porque daqui a pouco vão me chamar de chato ou, pior, de comunista. Logo eu, que só li Marx na versão resumida em quadrinhos. Fazer o quê, se eu gosto é de autoajuda?”*

(Leandro Machado)

## RESUMO

Diversos estudos têm apontado uma queda da desigualdade na distribuição da renda no Brasil aumentando a renda dos mais pobres em proporção maior do que a dos mais ricos e diminuindo a pobreza no país. Do ponto de vista da estrutura social, surge a questão: para que condição e posição social teriam migrado esses indivíduos? Estariam formando uma “nova classe média”? Nossas observações, baseadas nos conceitos de classe média melhor estabelecidos nas ciências sociais e na opinião de cientistas humanos que se manifestaram a respeito, ainda que corroborando o progresso na renda domiciliar, não confirmam o diagnóstico otimista de inserção dos menos empobrecidos na classe média.

**Palavras-chave:** Brasil. Desigualdade. Distribuição de renda. Condição social. Nova classe média.

## **ABSTRACT**

A number of studies have pointed out a decline in the inequality of income distribution in Brazil where the income of the poorest increased more than that of the richest in the population. From the viewpoint of the social structure, a question emerges: where did these individuals socially migrate to? Are they now forming a “new middle class”? Our observations, based on the concepts of middle class best established in the social sciences and in the opinion of human scientists who expressed concern, in spite of the progress in income, there seems to be poor sociological basis for considering those households as members of the middle class.

**Keywords:** Brazil. Inequality. Income distribution. Social condition. New middle class.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução dos limites de renda que determinam a classe média no Brasil: 2001 a 2012.....	18
---	----



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	– Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
CDCM	– Comissão para Definição da Classe Média no Brasil
CEF	– Caixa Econômica Federal
CNI	– Confederação Nacional da Indústria
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC	– Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NCM	– Nova Classe Média
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	– Pesquisa de Orçamento Familiar
SAE/PR	– Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
VCM	– Vozes da Classe Média

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>O CONCEITO DE NCM SEGUNDO OS ÓRGÃOS OFICIAIS</b> .....	14
<b>3</b>	<b>OS CONCEITOS DE CLASSE MÉDIA MELHOR ESTABELECIDOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS</b> .....	21
<b>4</b>	<b>A OPINIÃO DOS ECONOMISTAS</b> .....	32
4.1	A CRÍTICA AO CRITÉRIO ÚNICO DA RENDA PARA DEFINIR A NCM.....	32
4.2	A CRÍTICA AOS INTERVALOS/VALORES ADOTADOS PARA NCM .....	35
4.3	A CRÍTICA LIGADA À QUESTÃO DAS OCUPAÇÕES DA NCM.....	40
4.4	A CRÍTICA QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE VIDA DA NCM .....	45
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	47
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	49

## 1 INTRODUÇÃO

A conceituação de classe social nunca foi opinião unânime nem nas ciências sociais, nem nas aplicadas como a Economia. No entanto, o termo “classe média” nunca esteve tão em voga no Brasil como nos últimos anos, tanto no meio acadêmico quanto na mídia.

Não bastasse a “orkutização”<sup>1</sup> dos aeroportos, dos shopping centers, do horário nobre da televisão, do imaginário publicitário e da agenda pública, com as classes baixas ocupando espaços ou apresentando comportamentos que antes pareciam reservados às elites, que chamou a atenção para um grande contingente de pessoas que se beneficiou da redução das desigualdades no período recente da história da Belíndia brasileira de Edmar Bacha<sup>2</sup>, a controversa declaração da filósofa Marilena Chauí<sup>3</sup>, as manifestações que tomaram conta das ruas brasileiras em junho de 2013 e os “rolezinhos” de 2014, o tema está mais do que posto. Sua relevância consiste, entre outras coisas, no fato de que através dele se discute os rumos e as prioridades políticas do desenvolvimento da sociedade brasileira no futuro próximo.

Num esforço para atender a essa demanda, o governo, desde 2012, através da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), presidida pelo ministro Marcelo Neri - considerado “pai do termo NCM e embaixador

---

<sup>1</sup> O termo, derivado de nome próprio do engenheiro turco que criou a rede social do Google, refere-se à velocidade e voracidade com que a população brasileira se apropriou de uma ferramenta tecnológica, tornando-se vanguarda em redes sociais cibernéticas. Contudo, o verbo “orkutizar” tem forte carga pejorativa. Quando as pessoas dizem que alguma coisa foi “orkutizada”, geralmente condenam o que ali aconteceu. O Orkut, lançado em 2004, teve como população pioneira parte de uma elite intelectual mundial. Em menos de um ano nos tornamos o país com maior número de perfis. O que ocorreu em seguida foi surpresa: as características socioeconômicas de seus usuários brasileiros foram se modificando: ricos-brancos-com-diplomas-universitários perderam a maioria; o espaço foi “invadido” por gente mais pobre, mais negra, de baixa escolaridade. O termo “orkutização” reclamava da mudança. Os “pioneiros” lamentavam a perda do “ar exclusivo” daquele ciberespaço. No entanto, já era fato consumado: os mais pobres estavam ali para ficar. A “orkutização” do próprio Orkut pode servir de metáfora para um fenômeno mais geral: ao mesmo tempo, o Brasil também se “orkutizou”.

<sup>2</sup> O termo “Belíndia” foi popularizado em 1974 pelo economista brasileiro Edmar Bacha, em sua fábula “O Rei da Belíndia”, de fundo ideológico, na qual argumentava que o regime militar estava criando um país dividido entre os que moravam em condições similares à Bélgica e aqueles que tinham o padrão de vida da Índia. Com essa fábula, ele ganhou notoriedade bem antes de participar da equipe que instituiu o Plano Real.

<sup>3</sup> Em maio de 2013, a filósofa Marilena Chauí polemizou ao declarar que odiava a classe média, durante o lançamento do livro “10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma”. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=fdDCBC4DwDg>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

da Classe C” (CARNEIRO, 2011) e eleito presidente do IPEA no mesmo ano -, com apoio da Caixa Econômica Federal (CEF), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), busca entender e classificar esse contingente de pessoas, sugerindo uma nova definição oficial para o que viriam a chamar de “nova classe média” (daqui em diante denominada NCM), além de oferecer dados para a tomada de decisão na construção de políticas públicas mais adequadas à nova realidade brasileira através do projeto “Vozes da Classe Média” (daqui em diante denominado VCM).

O presente trabalho tem o intuito de apresentar e problematizar a definição dada pelo órgão do governo para esta nova classe, tendo em vista que se criou somente um limite monetário para a mesma. A classe média, pela nova definição proposta, é a que recebe, em média, a renda que divide a população brasileira em duas – 50% da população tem renda familiar *per capita* maior que essa, 50% tem renda menor (mediana da distribuição). Segundo o primeiro caderno VCM, documento oficial da SAE/PR, (BRASIL, 2012d), no Brasil, este ponto do meio corresponde à renda de R\$ 440<sup>4</sup> familiar *per capita* mensais, o que significa dizer que 50% dos brasileiros tem uma renda superior a R\$ 440 familiar *per capita* e 50% possuem renda inferior a R\$ 440 familiar *per capita* num mês. A partir disso, agregando o uso do conceito de grau de vulnerabilidade desenvolvido originalmente pelo Banco Mundial (probabilidade de retorno à condição de pobreza durante os próximos cinco anos) e o método de polarização, a SAE/PR chegou aos valores de R\$ 291 e R\$1.019<sup>5</sup> familiar *per capita* mensal como os limites inferior e superior de renda para essa NCM<sup>6</sup>. Segundo esse critério, faziam parte, em 2012, da classe média, 52% da população (BRASIL, 2012d). Esta problematização será realizada confrontando-se esse critério com definições mais bem estabelecidas pela sociologia e pela economia e com dados que evidenciam por que tipo de transformações de fato passaram estas famílias brasileiras na última década.

---

<sup>4</sup> Todos os valores estão expressos em reais de março de 2012. Em valores de junho de 2014, R\$ 506,05.

<sup>5</sup> Atualizados para junho de 2014, seriam de, respectivamente, R\$ 334,68 e R\$ 1.171,97.

<sup>6</sup> Os critérios da SAE/PR e o conceito de grau de vulnerabilidade do Banco Mundial serão devidamente referenciados e explicados no Capítulo 2 deste trabalho.

O ponto de partida desse trabalho, bem como de grande parte dos envolvidos nos debates conceituais, não é a negação da redução das desigualdades, de tal modo a se admitir que nunca antes na história do país se conciliou crescimento econômico com diminuição da concentração dos seus ganhos na magnitude como aconteceu nos últimos anos. “O Brasil atingiu, a partir do final de 2010, seu menor nível de desigualdade de renda desde os registros iniciados em 1960.” (NERI, 2011, p. 26). A questão reside em até que ponto esses critérios econômicos mais concretos dão sustentação ou colidem com os critérios mais subjetivos. Reflete-se, neste trabalho, se o enquadramento numa determinada faixa de recebimentos ou a maior participação em diferentes mercados de consumo interagem com conceitos de identificação e pertencimento.

Se nos anos recentes, os olhos do Brasil – os acadêmicos, os de institutos de pesquisas privados, os da mídia e os do cidadão comum no seu dia a dia – voltaram-se para o tema, questiona-se qual o grau de convergência entre estas reflexões e a definição oficial? Há alguma relação entre os hábitos de consumo destes novos elementos e a maneira como os encaram os órgãos oficiais? Como estes cidadãos são vistos por empresas (que enxergam neles em geral um novo potencial consumidor), publicitários (que devem aprender a sua linguagem para se comunicar com eles), acadêmicos e o próprio governo? O que seria mais coerente ao final: chamar estes novos elementos de novo segmento de classe, de nova classe de trabalhadores ou de NCM?

O fato é que a definição oficial gerou inúmeras controvérsias, e não só entre governo – se utilizando de um critério econômico objetivo de delimitação de faixas de renda (fora o debate acerca do porquê da faixa especificamente usada) – e os acadêmicos mais especialistas na questão, os sociólogos, mas também entre governo e economistas. Alguns destes, mesmo não instrumentalizados de conceitos de classe conforme comportamentos e identificações, questionam a definição oficial.

Dito isto, a proposta desta monografia é, para além desta Introdução ao tema, no Capítulo 2, apresentar o conceito oficial, seus critérios de partição e suas justificativas; no Capítulo 3, apresentar os conceitos de classe média melhor estabelecidos nas ciências sociais; no Capítulo 4, os questionamentos dos economistas em torno do conceito e dos critérios oficiais e suas interpretações alternativas para as transformações ocorridas; no Capítulo 5, a título de conclusão, avaliar-se por fim se o conceito fornecido pelo governo frente à discussão teórica

levantada se sustenta ou não. Ao final, teremos apurado se a ascensão em termos de renda é suficiente para uma ressignificação – acadêmica, social e mercadológica - para o pertencimento das famílias que teoricamente ascendem à “classe média”.

## 2 O CONCEITO DE NCM SEGUNDO OS ÓRGÃOS OFICIAIS

Como dito anteriormente, o pano de fundo das discussões que norteiam este trabalho são as mudanças sociais e econômicas que aconteceram no Brasil ao longo dos dez últimos anos. O antecedente de toda a discussão em torno do termo NCM é, mais especificamente, a evolução da distribuição de renda brasileira ao longo da última década. Assim é que, de posse dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) de 1999 a 2009, a Comissão para Definição da Classe Média no Brasil (daqui em diante CDCM) da SAE/PR instituída por meio da Portaria Ministerial nº 61, de 27 de setembro de 2011, lançou, em 2012, sob coordenação do ministro Marcelo Neri, documento oficial (BRASIL, 2012a) evidenciando a grande diferença nas taxas de crescimento da renda entre os mais pobres e os mais ricos e a conseqüente alteração significativa na distribuição de renda brasileira. Segundo a CDCM, a taxa de crescimento de renda *per capita* foi decrescente com o nível de renda ao longo de todas as classes. “Pode-se dizer que a renda dos mais ricos cresceu a taxas europeias, enquanto a renda dos mais pobres cresceu a taxas chinesas” (BRASIL, 2012a, p. 5). Em função da taxa de crescimento da renda dos 15% mais ricos ter sido inferior à média do País, indicam que esses perderam participação na renda nacional, provocando uma alteração significativa na distribuição de renda.

Esse crescimento acentuado de renda nos estratos mais pobres deveu-se, indica a CDCM (BRASIL, 2012a), não apenas aos programas de combate à pobreza (programas de transferência de renda como o Bolsa Família), mas também à política de valorização do salário mínimo e o próprio crescimento do emprego e do crédito, mesmo em conjunturas de crescimento econômico nem tão elevado. Como resultado de tudo isso, a melhoria das condições de vida de uma grande parcela da população foi vista pelos promotores da política pública como ascensão desta a uma nova classe com renda intermediária, provocando, segundo eles, “um alargamento da classe média brasileira sem precedentes na história” (BRASIL, 2012a, p. 6). Por conta disso, o trabalho da CDCM consistiu em identificar, em termos de rendimentos, onde começa e onde termina a classe média brasileira. Somente assim seria possível determinar a magnitude dessa expansão que se afirma ter ocorrido.

O intuito da CDCM era pois o de fornecer uma definição prática, de fácil compreensão e adequada às realidades atuais do País, que o grupo central da pirâmide social brasileira mostrando como este se expandiu de forma acentuada ao longo da última década em função dos progressos sociais alcançados. Ainda que alertando para a diferença existente entre os conceitos de “classe” e “grupo”<sup>7</sup> e a falta de identidade entre todas essas pessoas que compõem um conjunto sabidamente heterogêneo - seja no campo dos valores, atitudes e expectativas, seja no campo da forma de inserção no mercado de trabalho, constituição familiar ou posição no ciclo da vida -, além das diferenças marcantes que estes novos grupos manteriam com o grupo pré-existente, conhecido como classe média tradicional, a CDCM decidiu-se por adotar a denominação NCM alegando o uso já corrente do termo: “Fazemos esse uso sem buscar qualquer justificativa conceitual e empírica e, portanto, apenas como forma de facilitar a comunicação, usando um termo já em uso” (BRASIL, 2012a, p. 11).

A CDCM deixou claro que, a rigor, a denominação ideal seria apenas, por ora pelo menos, “grupo do meio” (BRASIL, 2012a, p. 11). Vale ressaltar também que se define nesse documento que, com a informação disponível, buscou-se delimitar a NCM através da variação no tamanho da classe média já existente. Assim, e sob a hipótese de que não houve nem retorno à pobreza nem ascensão à classe alta, essa variação seria igual ao tamanho da NCM, ou seja, seu tamanho seria igual ao número de pessoas que foram incorporadas à classe média já existente.

Alegando a exigência de uma definição simples, de fácil aplicação e interpretação e pouco demandante de informações e reflexões, a CDCM optou por buscar uma definição para classe média baseada num critério único apesar de

---

<sup>7</sup> O uso da denominação “classe” é certamente inadequado. Embora o conceito possa admitir múltiplas interpretações, é pouco provável que o grupo reconhecidamente heterogêneo que resultou das múltiplas mudanças sociais ocorridas recentemente no País satisfaça qualquer das definições existentes. Não parece haver qualquer evidência de que aqueles que cruzaram a linha de pobreza nos últimos anos tenham similaridades marcantes – seja no campo dos valores, atitudes e expectativas, seja no campo da forma de inserção no mercado de trabalho, constituição familiar ou posição no ciclo de vida – uma vez que a multiplicidade de caminhos para sair da pobreza propiciou a ascensão tanto de agricultores familiares na região amazônica como de empregados em grandes regiões metropolitanas, tanto de famílias estendidas (compostas por múltiplas gerações), como de casais jovens (com e sem filhos) e idosos vivendo sozinhos. Tampouco existe evidência de que os subgrupos mais homogêneos estejam conscientes de suas similitudes. Além disso, existem diferenças marcantes no interior do grupo pré-existente a que os emergentes se incorporam, isto é, aqueles que faziam parte do que se poderia chamar da classe média tradicional. Assim, não há qualquer dúvida de que a junção dos emergentes com a tradicional classe média forma um grupo extremamente heterogêneo (seja graças às disparidades entre a nova e a classe média tradicional, seja no interior de cada um desses grupos), cobrindo um amplo segmento da sociedade brasileira sem qualquer identidade clara. (BRASIL, 2012a, p. 11).



reconhecer que idealmente tal definição deveria decorrer da análise de informações sobre diversas dimensões. Isso porque os ganhos devidos a uma multidimensionalidade não compensariam os custos com a perda de simplicidade, requerimento informacional e a praticidade da definição. Decidiu-se então por buscar um indicador escalar que captasse a maior parte das informações que levariam alguém a pertencer a esse agrupamento social. A renda foi escolhida, pois, apesar de não ser um indicador sintético perfeito, dentre os indicadores unidimensionais disponíveis, ela tende a ser o mais próximo do ideal. Mais do que isso, optou-se por utilizar o critério mais tradicional em uso no País: “*renda bruta normalmente recebida domiciliar per capita*” (BRASIL, 2012a, p. 17, grifo do autor).

Realizadas simulações com quartis de distribuição, entorno da mediana, polarização e ponto neutro, consumo de calorias e padrão de despesas familiares, inserção no mercado de trabalho e grau de vulnerabilidade, a CDCM entendeu ser a melhor opção utilizar uma divisão que gerasse grupos homogêneos com relação ao critério de grau de vulnerabilidade para definir a classe média, ou seja, a probabilidade de se retornar ou decair à condição de pobreza em algum momento dos cinco anos subsequentes. Conforme a renda aumenta, o risco de queda à condição de pobreza diminui. Os resultados apresentaram um limite inferior de renda de R\$ 291 e superior de R\$ 1.019<sup>8</sup> para a classe média, representando 48% da população brasileira em 2009.

O critério é baseado basicamente na renda familiar *per capita* e seleciona como pertencentes a essa NCM as famílias que auferam a renda *per capita* média da população brasileira por indivíduo. Ou seja, a classe média, por essa definição, é a que recebe, em média, a renda que divide a população brasileira em duas – 50% da população tem renda familiar *per capita* maior que essa, 50% tem renda menor (mediana da distribuição). Segundo o documento oficial da SAE/PR (BRASIL, 2012a), no Brasil, este ponto do meio corresponde à renda familiar *per capita* de R\$ 440 mensais<sup>9</sup>, o que significa dizer que 50% dos brasileiros tem uma renda superior a R\$ 440 familiar *per capita* e 50% possuem renda inferior a R\$ 440 familiar *per capita* num mês.

---

<sup>8</sup> Em valores de junho de 2014, seriam de, respectivamente, R\$ 334,68 e R\$ 1.171,97.

<sup>9</sup> Em valores de junho de 2014, R\$ 506,05.

A partir disso, agregando o uso do conceito de grau de vulnerabilidade (a probabilidade de retornar à condição pior) desenvolvido originalmente pelo Banco Mundial e o método de polarização, a SAE/PR chegou aos valores de R\$ 291 e R\$ 1.019<sup>10</sup> familiar *per capita* mensal como os limites inferior e superior de renda para essa NCM. Procurando reduzir os efeitos da subdeclaração de renda presentes nos levantamentos da PNAD, a própria SAE/PR (BRASIL, 2012b) sugere um novo limite mínimo – R\$ 458<sup>11</sup> – para o intervalo, com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE<sup>12</sup>. Segundo este critério, foram considerados pertencentes à classe baixa todos aqueles com alta probabilidade de permanecer ou passar a ser pobres no futuro próximo; verificou-se empiricamente que estes são os que vivem em famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 291<sup>13</sup> por mês. Foram considerados pertencentes à classe média todos aqueles com baixa probabilidade de passarem a ser pobres no futuro próximo; verificou-se empiricamente que estes são os que vivem em famílias com renda *per capita* entre R\$ 291 e R\$ 1.019<sup>14</sup> por mês. Por fim, foram considerados pertencentes à classe alta todos aqueles com probabilidade irrisória de passarem a ser pobres no futuro próximo; seriam aqueles em famílias com nível de renda *per capita* acima de R\$ 1.019<sup>15</sup> por mês.

A definição de classe média proposta é absoluta, o que torna os valores dos limites invariantes no tempo. Ou seja, são valores chamados reais. Por conseguinte, os valores nominais destes limites variam de ano para ano, variação proporcional à taxa acumulada de inflação. Para a identificação proposta para a classe média neste documento, a taxa de inflação considerada para a deflação de seus limites foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidos – INPC, tomando 2012 como ano base

---

<sup>10</sup> Em valores de junho de 2014, seriam de, respectivamente, R\$ 334,68 e R\$ 1.171,97.

<sup>11</sup> Em valores de junho de 2014, R\$ 526,76.

<sup>12</sup> Aceitando essa compensação, multiplicando esse valor por 3 (tamanho médio da família brasileira) e corrigindo pela inflação do período, ter-se-ia algo como R\$ 1.500,00 (valores de abril de 2014) como renda mínima para que uma família seja considerada de classe média pela SAE (2012). Isso significa que uma família de uma grande cidade brasileira composta de uma faxineira, de um porteiro, de um filho dependente, ganhando cada um R\$ 750,00 (cerca de um salário mínimo), seria considerada uma família de classe média.

<sup>13</sup> Em valores de junho de 2014, R\$ 334,68.

<sup>14</sup> Em valores de junho de 2014, seriam de, respectivamente, R\$ 334,68 e R\$ 1.171,97.

<sup>15</sup> Em valores de junho de 2014, R\$ 1.171,97.

para o cálculo dos valores reais dos limites. Assim, para se calcular o tamanho da classe média anualmente, estimou-se seus limites nominais no ano, deflacionando-se utilizado o INPC. A tabela 1 contém os limites inferior e superior nominais de cada ano, além do deflator, tomando-se 2012 como ano base.

Tabela 1 – Evolução dos limites de renda que determinam a classe média no Brasil: 2001 a 2012

<b>Classe Média</b>	<b>Limite Inferior (R\$/pessoa/mês) (valores correntes)</b>	<b>Limite Superior (R\$/pessoa/mês) (valores correntes)</b>	<b>Custo de Vida (2012=100)</b>
2001	140	491	48
2002	154	538	53
2003	183	640	63
2004	194	679	67
2005	206	722	71
2006	214	749	74
2007	221	775	76
2008	234	819	80
2009	248	867	85
2010	261	914	90
2011	277	971	95
2012	291	1.019	100

Fonte: Brasil, 2012, p. 64.

Nota: Elaborada com base na PNAD e na POF e considerando o INPC para deflação dos limites.

Desse modo, dimensionamos a classe média em cada ano pela porcentagem das pessoas que vivem em domicílios com renda *per capita* nominal entre estes dois limites no ano em questão. Em 2001, 38% da população brasileira viviam em domicílios com renda *per capita* entre R\$ 140 e R\$ 491<sup>16</sup> (os limites na classe média neste ano), enquanto que, em 2009, 48% da população brasileira vivia em domicílios

<sup>16</sup> Em valores de junho de 2014, seriam de, respectivamente, R\$ 161,02 e R\$ 334,68.

com renda *per capita* entre R\$ 248 e R\$ 867<sup>17</sup> (os limites na classe média neste ano). Em ambos os casos o intervalo real da classe média é de R\$ 291 a R\$ 1.019<sup>18</sup>, em termos dos valores de 2012. Além disso, pode-se, com estas informações, estimar o tamanho da classe média em termos percentuais da população brasileira em cada ano. Em 2003, 37% da população brasileira pertenciam à classe média, já em 2009 este número subiu para 48%. Sendo assim, ao longo deste período de 6 anos, o tamanho relativo da classe média cresceu 11 pontos percentuais, equivalente a 1,83 pontos percentuais por ano. Como o tamanho da classe média, segundo o critério definido, era de 48% em 2009, segue que, mantida a taxa de crescimento ao ano, a classe média em 2012 deveria abarcar 53% da população brasileira.

Estimou-se que, em 2012, 53% da população brasileira (104 milhões de pessoas) já pertenciam à classe média definida. Em nível mundial, o Brasil é o quinto país mais populoso do mundo, abaixo apenas de China, Índia, Estados Unidos e Indonésia. Assim, se a classe média brasileira fosse um país, ela seria o 12º país mais populoso do mundo em 2012, logo depois do México (BRASIL, 2012d, p. 12). Estima-se ainda que, mantidas as taxas de crescimento e a tendência de queda na desigualdade dos últimos 10 anos, a classe média deverá abranger 55% da população em 2022. Caso, no entanto, o grau de desigualdade deixe de cair, o tamanho da classe média permanecerá estável nos atuais 53%. Esse fato pode ser explicado porque o crescimento balanceado (isto é, com todas as classes de renda crescendo às mesmas taxas) leva a uma redução no tamanho da classe baixa e a um aumento no tamanho da classe alta de magnitude similar.

A expansão da classe média definida por esse documento resultou de um processo de crescimento combinado com redução na desigualdade. Por causa dessa combinação, a redução da classe baixa foi muito mais intensa que a expansão da classe alta. Caso o processo de crescimento não tivesse sido acompanhado pela redução na desigualdade, a classe média certamente teria crescido muito menos. De fato, caso o país não tivesse reduzido seu grau de desigualdade, teriam deixado a classe baixa (e entrado na classe média) apenas 16% da população (em vez dos 21% que efetivamente ascenderam) enquanto

---

<sup>17</sup> Em valores de junho de 2014, seriam de, respectivamente, R\$ 285,23 e R\$ 997,15.

<sup>18</sup> Em valores de junho de 2014, seriam de, respectivamente, R\$ 334,68 e R\$ 1.171,97.

teriam ascendido à classe alta (saído da classe média) 10% da população (em vez dos 6% que efetivamente ascenderam) (BRASIL, 2012d, p. 15). Conseqüentemente, o crescimento no tamanho da classe média teria sido inferior à metade do que efetivamente ocorreu: teria sido de seis, em vez de 15 pontos percentuais. Isso quer dizer que o alargamento da classe média brasileira é muito mais um resultado da queda na desigualdade do que propriamente do crescimento econômico.

### 3 OS CONCEITOS DE CLASSE MÉDIA MELHOR ESTABELECIDOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Ainda que tanto Neri (2011) quanto a SAE\PR (2012a) tenham dito que seu uso do termo NCM não seria sociológico e se referia ao critério de estar essa “no meio” das cinco classes de renda por eles aplicadas e, portanto, uma classe média, é clara e intencional a sua referência à classe média tradicional, enquanto categoria sociológica. Antes de entrar na discussão da questão econômica propriamente dita do conceito de NCM proposto pelo governo brasileiro, no entanto, neste capítulo, este trabalho prestar-se-á a um esforço sociológico como primeira frente de crítica ao conceito dado, utilizando-se de conceitos estabelecidos nas ciências sociais para classes sociais e classe média especificamente e da opinião de sociólogos e antropólogos contemporâneos que manifestaram-se a respeito do assunto.

Primeiramente vejamos como o próprio Neri define a NCM, indo algo além do critério de estar “no meio” de faixas de rendimento antes anunciado:

O que é ser de Classe C? Computador, celular, carro, casa financiada, crédito em geral e produtivo em particular, conta-própria e empregadores, contribuição previdenciária complementar, se sairmos daquelas iniciadas com C temos ainda diploma universitário, escola privada, plano de saúde, seguro de vida. Mas de todas, a volta da carteira de trabalho, talvez seja o elemento mais representativo de ressurgimento de uma nova classe média brasileira. (NERI, 2011, p. 167).

O pertencimento a uma “classe” surge, desta forma, articulando uma multiplicidade de órbitas da vida social: o acesso a bens de consumo duráveis, a obtenção de credenciais educacionais, a plenitude legal das relações de trabalho estabelecidas, a cobertura por sistemas efetivos de seguridade e de proteção à saúde, a moradia, o crédito.

O conceito de classe social é um dos mais tradicionais, e, ainda assim, um dos mais controversos no campo das ciências humanas. Mesmo que sem pretensões teóricas que apontem nessa direção, um estudo que priorize, desde seu título, uma “classe” precisa estabelecer uma definição operacional. Neri reconhece essa questão e começa a enfrentá-la, citando Thomas Friedman<sup>19</sup> — “colunista

---

<sup>19</sup> FRIEDMAN, T. **O mundo é plano**: uma breve história do século XXI. Brasil: Objetiva, 2007.

internacional do jornal New York Times, em seu recente *best-seller* ‘O mundo é plano’ —, o qual

[...] define classe média como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro. Esta fábrica de realização de sonhos individuais é o motor fundamental para conquista da riqueza das nações. O combustível é o anseio de subir na vida, já o lubrificante seria o ambiente de trabalho e negócios (NERI, 2011, p. 80).

Essa abordagem comportamental, subjetiva — fundada em “sonhos” e “anseios” —, tem um caráter abertamente individualista do ponto de vista metodológico. Quem tem planos bem definidos de ascensão não é um coletivo ou uma classe em qualquer sentido estrutural. Isso não traz qualquer demérito à reflexão de Neri (ou de Friedman), mas é decisivo que se tenham presentes as implicações de se adotar, ou não, um entendimento estrutural das classes, quando se adentra um debate sobre elas.

A segunda vertente analítica a que o estudo de Neri remete é “[...] o chamado Critério Brasil”<sup>20</sup> da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) e sua forma de mensurar o potencial de consumo (NERI, 2011, p. 78):

Esta estratificação é implementada a partir do impacto de bens sobre medidas de acesso a bens duráveis e seu respectivo número (TV, rádio, lava-roupa, geladeira e freezer, videocassete ou DVD), banheiros, empregada doméstica, e nível de instrução do chefe de família” (NERI, 2011, p. 78).

A própria ABEP, em documento de 2007 (ABEP, 2007), em que apresenta um histórico dos “critérios de classificação socioeconômica no Brasil” finca as raízes do referido “Critério” em seu terreno pragmático, na obediência aos imperativos do mercado, indo ao encontro das demandas e da visão de anunciantes e de ofertantes de pesquisas, não deixando margens a dúvidas quanto a natureza dos seus propósitos puramente mercadológicos. No item “Objetivos do Critério Brasil”, o primeiro deles é: “[...] ter um sistema de pontuação padronizado que seja um eficiente estimador da capacidade de consumo” (ABEP, 2007, p. 4). Num subitem, é dito explicitamente: “Embora contenha itens de natureza social, como grau de

---

<sup>20</sup> Numa das poucas obras mais afirmativas quanto à questão do surgimento da NCM, os cientistas políticos Souza e Lamounier (2010) associam-na diretamente à Classe C do Critério Brasil, deixando clara sua referência de classe média baseada no consumo de bens duráveis, com destaque para casa própria e automóvel.

escolaridade, todos os itens do Critério são utilizados apenas como indicadores da capacidade de consumo. Não há pretensão de atribuir a ele qualquer caráter sociológico” (ABEP, 2007, p. 4).

Reconhece-se, portanto, que não há em Neri (2011), qualquer alusão aos fatores determinantes de classes sociais da sociologia e da antropologia que justifique uma ressignificação do termo classe média como ele propõe. E é a essa exposição, de maneira rápida e sem a pretensão de se esgotar o tema, dos fatores determinantes de classes sociais do ponto de vista das ciências sociais, que este capítulo se propõe a seguir.

Em linhas gerais, os principais elementos para identificar a classe social dos indivíduos pelos autores aqui examinados são:

- a) relação com os meios de produção: Marx;
- b) elementos de graduação, tais como prestígio ocupacional, educação, experiência e níveis de qualificação, herança, sorte, ambição e meio formativo familiar: Weber;
- c) senso de pertinência e expectativas de comportamento comuns, inclusive de consumo: Warner;
- d) controle sobre investimentos, meios de produção e força de trabalho: Wright;
- e) propriedade dos meios de produção e habilidades para o mercado de trabalho: Goldthorpe;
- f) significados simbólicos dos atos de consumo e capital cultural: Bourdieu.

Um dos autores mais importantes de teoria de classes sociais foi Marx<sup>21</sup> (*apud* MATTOSO, 2006, p.2), devido a sua influência política. Apesar de ele não ter construído de forma clara e sistemática seu conceito de classe, este se evidencia a partir de elementos disseminados em trabalhos distintos seus. Seu ponto de partida foram as relações de produção. Foi a partir da apropriação por não produtores (pessoas, empresas ou Estado) de uma parcela do que fosse produzido socialmente, que Marx desenvolveu suas concepções de classe, exploração,

---

<sup>21</sup> MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, v. 1, 1985.



opressão e alienação. Segundo Edgell<sup>22</sup>, citado por MATTOSO (2006, p.2), em Marx, a existência de classes sociais estaria vinculada a circunstâncias históricas específicas, em que a criação de um excedente possibilitaria a apropriação privada das condições de produção. As classes não se definiriam, portanto, a partir do nível de renda ou da origem dos rendimentos. A renda não seria um fator independente da produção; seria, antes, uma expressão da parcela maior ou menor do produto a que um grupo de indivíduos podia ter direito em decorrência de sua posição na estrutura de classes.

A teoria de Marx sobre classes adota, de forma simplificada, um modelo dicotômico, em que apenas são consideradas as classes capitalista e operária. A tendência do modo capitalista de produção seria separar cada vez mais o trabalho e a propriedade dos meios de produção, eliminando assim as divisões intermediárias das classes. Mas podemos encontrar citações a respeito dos grupos intermediários, sejam eles a pequena burguesia proprietária ou os empregados assalariados, supervisores, técnico, de acordo com Burris<sup>23</sup> (*apud* SCALON; SALATA, 2012, p.389). Uma das grandes dificuldades, principalmente dentro do campo marxista, para lidar com as chamadas classes médias, é o fato de seus integrantes não serem proprietários, mas ao mesmo tempo administrarem os negócios, fazerem trabalhos não manuais, supervisionarem os trabalhadores ou possuírem habilidades e *status* que os distinguem dos demais não proprietários.

A teoria Weberiana, ao possibilitar que outros fatores além da propriedade delimitem as classes, parece mais adequada para a compreensão dessas camadas intermediárias (SCALON; SALATA, 2012). Max Weber<sup>24</sup> (*apud* MATTOSO, 2006, p.2) desenvolveu sua teoria de classe social, explorando a questão da estratificação social. Weber distinguia dois tipos de classes privilegiadas: as classes dos proprietários (donos de terras, prédios e pessoas) e as classes comerciais (pessoas que possuíam bens, serviços e habilidades que podiam ser ofertadas no mercado, como banqueiros e mercantilistas). As classes desprivilegiadas podiam ser divididas em três: qualificadas, semiqualficadas e sem qualificação. Entre as privilegiadas e

---

<sup>22</sup> EDGELL, S. **Class**. London: Routledge, 1993.

<sup>23</sup> BURRIS, V. **The Discovery of the New Middle Class**. Theory and Society n. 15, 1986, p. 317-349.

<sup>24</sup> WEBER, M. in: VELHO, O.; PALMEIRA, M.; BERTELLI, A. **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

as não privilegiadas, Weber notou a existência de várias classes intermediárias formadas por agricultores, carpinteiros, funcionários públicos e particulares, profissionais liberais e trabalhadores com habilidades excepcionais. Weber postulou a existência de quatro classes: a classe trabalhadora, a pequena burguesia, os especialistas e a classe privilegiada de acordo com Edgell<sup>25</sup>, citado em MATTOSO (2006, p.3).

Mattoso (2006, p.3) ainda revela que, para Weber, as camadas sociais poderiam se expressar também por “estilos de vida”, que variariam de acordo com seus valores honoríficos. As sociedades se segregariam em diferentes grupos de reputação baseados não apenas em posições econômicas, mas também em critérios não econômicos como moral, cultural e de estilo de vida, que seriam sustentados através da interação das pessoas com seus pares. O prestígio era visto como um recurso cuja distribuição deveria ser necessariamente desigual para que o mesmo pudesse existir. A principal contribuição de Weber foi trazer elementos não-econômicos, como o estilo de vida para a definição de classes sociais<sup>26</sup>.

Warner<sup>27</sup> definiu classe social como o grupo de pessoas vistas de forma semelhante pela comunidade, composta por homens e mulheres que interagem regularmente entre si, de modo formal e informal, e partilham expectativas comportamentais (MATTOSO, 2006). Seus estudos contêm elementos importantes do modelo de classes sociais de Weber, como, por exemplo, a tendência de as pessoas se associarem e se identificarem com outras de mesma origem social e a constatação de que a maioria das pessoas seria capaz de se posicionar e de posicionar os outros socialmente (MATTOSO, 2006, p.4). Warner constatou ainda, segundo Mattoso (2006), que o comportamento de compra era uma das mais importantes expressões de determinada posição de *status* em uma comunidade. Cada classe social tinha motivações e comportamentos de compra únicos e distintos das demais classes. As classes, por serem grupos motivacionais e categorias de *status*, não estavam apenas correlacionadas, mas eram a causa da escolha no

---

<sup>25</sup> EDGELL, S. **Class**. London: Routledge, 1993.

<sup>26</sup> Elemento que será retomado pelo economista norte-americano Veblen (in VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Ática, 1974.

<sup>27</sup> WARNER, W. **L Social class in America**: an evaluation of status. New York: Harper and Row, [1949] 1960.

consumo. Ele deu exemplos de produtos consumidos por classes distintas e sugeriu que a variável “classe social” fosse uma forma de prever o consumo.

Para Wright<sup>28</sup> (*apud* MATTOSO, 2006, p.4), um autor neomarxista, a base para a diferenciação das classes seria o conceito de controle sobre investimentos ou processo de acumulação, meios de produção e força de trabalho. A burguesia teria os três controles e o proletariado nenhum. Os gerentes, pequenos empregadores e trabalhadores autônomos teriam algum controle, mais do que o proletariado, mas menos que a burguesia. Seriam classes ambíguas, ou contraditórias, porque teriam um padrão misto de controle. As classes médias se caracterizariam, justamente, por estarem em posições contraditórias em relação aos diferentes ativos. Não seriam proprietárias dos meios de produção (com exceção dos pequenos empregadores), mas possuiriam habilidades e/ou estariam em posição privilegiada no que se refere à organização. Para Wright, fariam parte das classes médias os pequenos empregadores, gerentes, supervisores e trabalhadores manuais qualificados (SCALON; SALATA, 2012).

Outro autor que também contribuiu para a análise das classes foi Goldthorpe<sup>29</sup> (*apud* MATTOSO, 2006, p.5). Ele desenvolveu um esquema de classes com sete categorias em que a ocupação e o *status* do tipo de emprego eram utilizados para a diferenciação das categorias. Este esquema de classes incorporava relações não só de produção, mas também sociais. As categorias desenvolvidas por Goldthorpe combinavam diferentes ocupações que seriam comparáveis em termos de nível de renda, segurança econômica e oportunidades de avanço econômico e, também, em termos da sua localização no sistema de controle e autoridade sobre os meios de produção.

Goldthorpe<sup>30</sup> utiliza o termo *service class* para se referir à classe média (*apud* SCALON; SALATA, 2012, p. 390). A *service class* se distinguiria da classe trabalhadora por possuir uma regulação de emprego construída sobre outras bases. Devido à especificidade de seus ativos humanos e também devido às dificuldades

---

<sup>28</sup> WRIGHT, E. Race, class, and income inequality. **American Journal of Sociology**. V.83, n.6, 1978. \_\_\_\_\_ . **Classes**. London: Verso, 1985.

<sup>29</sup> GOLDTHORPE, J. **Social Mobility and class structure in modern Britain**. Oxford: Clarendon Press, 1987.

<sup>30</sup> Idem.

de se monitorar e controlar o seu tipo de trabalho, seu emprego e remuneração seriam mais estáveis e menos diretamente relacionados à produção. Além disso, contariam com benefícios adicionais – melhores salários e oportunidades de carreira – que não estariam presentes no caso do *labour contract*. Fariam parte da *service class*, principalmente, os administradores, gerentes e técnicos de alto nível. Na classe trabalhadora, estariam basicamente os trabalhadores manuais não qualificados e trabalhadores rurais. Entretanto, algumas categorias são encaixadas por Goldthorpe em posições intermediárias, mistas, como os empregados não manuais de rotina, trabalhadores manuais qualificados, técnicos e supervisores.

Fugindo um pouco do tema da ocupação no mercado de trabalho como determinando, o sociólogo francês Pierre Bourdieu<sup>31</sup> (*apud* MATTOSO, 2006, p.5), utilizou aspectos culturais em termos de ativos (capital) para aprimorar o estudo das classes sociais. A intuição de Bourdieu é de que classe social significa não exatamente um padrão de consumo, mas um estilo de vida, que envolve diferenciação/distinção: morar “bem”, ter uma educação “distinta”, consumir serviços “de qualidade”, ter acesso a “capitais”, entre outros. Ele concebeu o estudo das classes como o campo das relações de poder. Este campo seria um espaço multidimensional de posições e localizações, nas quais as coordenadas das pessoas seriam determinadas pela quantidade de “capital” que elas possuíssem. As formas mais importantes de capital seriam o econômico e o cultural. Capital cultural para Bourdieu<sup>32</sup> (*apud* SOUZA, 2013) é tudo aquilo que logramos “aprender” e não apenas os títulos escolares, tudo aquilo que passa a ser decisivo para assegurar o acesso privilegiado a todos os bens e recursos escassos em disputa na competição social. Ainda que Bourdieu reconheça que o capital econômico é decisivo para assegurar vantagens permanentes nesta disputa, ele não está sozinho. O capital econômico é parte do indivíduo sem passado, já adulto e igual a todos. Mas o capital cultural é constituído por ambas as coisas, passado e presente: tanto as pré-condições afetivas e psíquicas para o aprendizado, por exemplo, quanto pelo aprendizado em si do conhecimento julgado útil necessário à reprodução do capitalismo competitivo. Souza explica:

---

<sup>31</sup> BOURDIEU, P. **La Distinction**, Paris: Ed. Minuit, 1979.

<sup>32</sup> *Idem*.

Para que possamos ter tanto o desejo quanto a capacidade de absorção de conhecimento raro e sofisticado, é necessário ter tido, em casa, na socialização com os pais ou quem ocupe esse lugar, o estímulo afetivo – afinal nos tornamos seres humanos imitando a quem amamos – para, por exemplo, a concentração nos estudos, ou a percepção da vida como formação contínua onde o que se quer ser no futuro é mais importante que o que se é no presente. (SOUZA, 2013, p. 58).

Para Jessé Souza (2012), seguindo a linha de pensamento de Bourdieu, a classe social implica uma forma específica de perceber e atuar no mundo em todas as dimensões, ou seja, o pertencimento de classe constrói uma “condução da vida” muito singular, e isso não pode jamais ser inferido a partir do nível de renda. É claro que indivíduos que estejam em uma mesma “situação de classe” vão tender – longe de ser verdade em todos os casos – a ter um padrão de renda semelhante. É isso que vai explicar o fato de que as “fantasias sociais”, como a associação de classe a renda, antes de serem mentiras, sejam “meias-verdades”. Na verdade, o que ocorre com esta associação entre classe e renda é apenas uma inversão entre causa e efeito. Tudo funciona como se a renda fosse resultado da competição justa entre todos os indivíduos, os quais, depois, são associados a “níveis de renda” específicos. Esses níveis de renda diferenciais, por sua vez, explicariam então o acesso diferencial ao consumo e, finalmente, a construção de estilos de vida diferentes explicados precisamente pelo acesso a uma renda diferencial. Isso é falso em tudo que diz posto que o “estilo de vida” diferencial que explica todas as nossas escolhas – e não apenas àquelas de consumo – é construído pelas heranças emocionais, cognitivas e afetivas que são, sempre e em todos os casos, uma herança familiar e, portanto, uma herança de classe. O “economicismo” pressupõe o indivíduo já adulto, sem passado, sem família e sem classe, capaz de efetuar escolhas econômicas racionais. Na verdade, a produção do indivíduo – tanto como indivíduo de uma classe quanto da singularidade possível nessa classe – é feita na mais tenra idade. Pode-se mudar este destino em um ou outro ponto, mas essa mudança é sempre limitada e mesmo quando ela é possível ainda mostra o rastro de onde se veio. São os modelos afetiva e – diria a psicanálise – inconscientemente “incorporados” como formas de agir, reagir, refletir ou não refletir, gostar ou não gostar, que irão nos moldar em literalmente todas as dimensões da vida.

Souza (2012), cuja opinião é contra a resignificação do termo “classe média” como o governo propõe, afirma que a ascensão social de trinta milhões de pessoas

no governo Lula não produziu uma NCM, mas uma classe social diferente, que ele chama de "batalhadores". Souza procura determinar as características dessa classe por um recorte diferente do que ele chama de economicista e quantitativo, fugindo de análises pelo consumo e renda. Para ele, ainda que a renda seja um componente importante do pertencimento de classe, pessoas com realidades muito diferentes podem ter renda semelhante. Para que se possa explicar e compreender uma realidade social complexa é necessário penetrar na dimensão das motivações profundas do comportamento social e nos dramas, sonhos, angústias e sofrimentos humanos que elas implicam. No caso dos "batalhadores", de acordo com Souza (2012), esse ponto de partida permitiu, na contramão dos estudos dominantes sobre esse assunto, perceber tanto o potencial de chance e de oportunidade que efetivamente existe nessa nova classe que se constitui defronte os nossos olhos quanto articular a dimensão do sofrimento e dor humanos sistematicamente silenciados por uma leitura superficial e triunfalista da realidade. Souza ressalta ainda que ele não nega de forma alguma a efetiva ascensão social de trinta milhões de brasileiros, nem que tal fato seja extremamente importante e digno de comemoração, questiona somente a leitura dessa classe como uma classe média.

Os trabalhos citados ficam longe de esgotar a discussão contemporânea acerca da definição de classes sociais. Como já foi dito, a discussão é extensa e requer um longo espaço para que seja tratada de forma abrangente. O principal ponto que se destaca aqui é o fato de vários desses trabalhos definirem classes sociais por outros critérios que não exclusivamente a renda. Goldthorpe<sup>33</sup>, por exemplo, as define através do tipo de contrato de trabalho, enquanto Wright<sup>34</sup> leva em consideração fatores como habilidades e posição na organização, e Bourdieu<sup>35</sup> insere o capital cultural como determinante. Na literatura sociológica sobre estratificação podemos verificar a importância que é atribuída à ocupação dos indivíduos, além da herança cultural familiar ou de quem quer que faça esse papel na vida dos deles, pois permitem, assim, melhor identificar a situação de classe dos mesmos.

---

<sup>33</sup> GOLDTHORPE, J. **Social Mobility and class structure in modern Britain**. Oxford: Clarendon Press, 1987.

<sup>34</sup> WRIGHT, E. Race, class, and income inequality. **American Journal of Sociology**. V.83, n.6, 1978. \_\_\_\_\_ **Classes**. London: Verso, 1985.

<sup>35</sup> BOURDIEU, P. **La Distinction**, Paris: Ed. Minit, 1979.

Nesse sentido, a classe média costuma ser identificada, por exemplo, pelas situações de mercado e trabalho que formam a *service class*, de Goldthorpe<sup>36</sup>, ou os trabalhadores de colarinho branco, de Wright<sup>37</sup>, ou seja, dizem respeito a agregados de indivíduos/ocupações que partilham de *situações de classe* semelhantes, de uma maneira geral localizadas entre os grandes empregadores e os trabalhadores manuais, e que, além disso, possuem estímulos emocionais e afetivos – capital cultural – que irá garantir sua reprodução de classe como classe privilegiada também neste sentido, segundo a visão de Bourdieu<sup>38</sup> e Souza<sup>39</sup>.

Não apenas por seguir uma tradição sociológica, as características ocupacionais e culturais são importantes porque permitem melhor classificar os indivíduos de acordo com suas chances de vida – afinal, os horizontes (acesso a oportunidades, direitos efetivos, interesses estratégicos) de um engenheiro em início de carreira e de um técnico em eletromecânica já consolidado no mercado, ambos com a mesma renda, podem ser bem diferentes, como bem citam Scalon e Salata (2012), aludindo a Quadros<sup>40</sup> –, possibilitam operar a articulação entre as múltiplas dimensões analíticas implicadas em uma análise de classes e sustentam análises sobre “desigualdades duráveis” e seus mecanismos institucionais de reprodução . Até mesmo o prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen, evidencia a incompletude das análises de renda (SEN, 2001). Dessa forma, é possível perceber os limites do tipo de análise baseada exclusivamente em renda quando se trata do estudo sobre classes e, no caso, sobre a classe média.

---

<sup>36</sup> GOLDTHORPE, J. **Social Mobility and class structure in modern Britain**. Oxford: Clarendon Press, 1987.

<sup>37</sup> WRIGHT, E. Race, class, and income inequality. **American Journal of Sociology**. V.83, n.6, 1978. \_\_\_\_\_ . **Classes**. London: Verso, 1985.

<sup>38</sup> BOURDIEU, P. **La Distinction**, Paris: Ed. Minuit, 1979.

<sup>39</sup> SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Brasil: Editora UFMG, 2012.

<sup>40</sup> QUADROS, W. **A evolução recente das classes sociais no Brasil**. In: HENRIQUE, W. PRONI, M. (org.). Trabalho, Mercado e Sociedade. São Paulo: UNESP; Campinas: IE/UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_ . **A nova classe média brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 1985.

\_\_\_\_\_ . **O “milagre brasileiro” e a expansão da nova classe média**. Campinas: IE/UNICAMP, 1991.

Após essa rápida passagem por algumas referências analíticas, volta-se a afirmar que a construção de Neri (2011) identifica-se mais, operacional e significativamente, com o “Critério Brasil” das empresas de pesquisa que com qualquer abordagem sociológica a respeito de classes sociais. Isto, de forma alguma, desmerece seu trabalho, mas reafirma a extrema necessidade de cautela para que essa ideia que é a expansão da NCM não seja indevidamente apropriada e estendida para além do que ela tem poder de descrever. Não passa de um indicador que se limita à distribuição de renda familiar estimada afinal. Há desconformidade com a designação “classe” para os cortes de renda familiar com que o estudo opera, por induzir a um indesejável apagamento de todos os processos sociais que se articulam em torno da produção de identidades de classe — inscritos em dimensões como propriedade, qualificação, autonomia e controle sobre o próprio trabalho e o trabalho de outros ou status.



## 4 A OPINIÃO DOS ECONOMISTAS

Extrapolando o arcabouço sociológico, discutido em capítulo anterior, neste adentraremos no campo de contribuição dos economistas que se manifestaram contrários à ressignificação do termo “classe média” como visto no primeiro capítulo deste trabalho. Para eles, a integração de milhares de brasileiros à faixa intermédia de renda significa somente isto mesmo: eles estão “no meio”, por simples artes da aritmética, mas “classe média” não são (nos sentidos sociológico, econômico ou político que, tradicionalmente, se atribuem à categoria). A existência desta “nova classe” é questionada por se tratar pois de um tratamento estatístico da realidade que enquadra ainda as famílias numa faixa de renda restrita que não permite a mudança de patamares de vida e de ocupação no trabalho.

Os pontos de discordância encontrados nos trabalhos analisados assinados por economistas são basicamente quatro:

- a) a definição simplista de NCM formulada pela SAE/PR baseada somente na renda intermediária brasileira;
- b) os valores baixíssimos que limitam a faixa de renda que constitui a NCM;
- c) a natureza das ocupações que possuem as pessoas formadoras dessa NCM no mercado de trabalho, muito distante da das que usualmente são associadas à classe média tradicional;
- d) a precariedade das condições de vida a que ainda são submetidas pessoas que fazem parte da NCM.

### 4.1 A CRÍTICA AO CRITÉRIO ÚNICO DA RENDA PARA DEFINIR A NCM

A ideia comum a muitos autores entre os críticos do termo NCM é a de que não se pode deduzir da estrutura de consumo ou de rendimentos a estrutura de classes de uma sociedade capitalista moderna. Nem se poderia também definir o Brasil como um “país de classe média” a partir desses critérios sem considerar as condições mais gerais do desenvolvimento capitalista, da estruturação da sociedade, dos padrões e estilos de vida historicamente constituídos. Para o economista e pesquisador do IPEA, Guilherme Delgado (2008), essa definição de

classe média utilizada pela SAE/PR é muito estreita, isto porque a “classe média é um conceito mais sociológico do que puramente econômico. É um conjunto de ocupações e funções da sociedade dentro da economia que dão acesso a poder, riqueza, bens socioculturais e uma certa modernidade” (DELGADO, 2008, p.1). E finaliza afirmando “não vejo isto nesta classe média estatística”.

De acordo com Pochmann (2012), definir classe social apenas pela renda e pelo poder de compra é simplificar a situação tanto da classe média quanto dos segmentos ascendentes. O que estamos vendo, para o autor, é que os segmentos na base da pirâmide ascenderam através da ampliação do emprego e do papel que teve o salário mínimo, numa situação em que qualquer ampliação de renda se traduz em mais consumo. Quando se fala em “nova classe média”, Pochmann acha que há um equívoco em torno do que é, de fato, a ascensão de um segmento dentro da classe trabalhadora, coerente com o perfil da transição da atividade econômica no Brasil, que é de crescimento do setor terciário.

Dedecca (2012) é mais um que discorda da afirmação de que o crescimento teria produzido a formação de uma NCM no país, especialmente quando ela é derivada fundamentalmente do nível de renda familiar e do acesso aos bens de consumo de natureza individual via mercado, situação que pode ser rapidamente revertida por uma desaceleração do crescimento ou por um incremento do patamar inflacionário. Para fazer sua crítica à definição dada exclusivamente através da renda, buscou sustentação em Max Weber<sup>41</sup> para refutar a afirmação de uma nova classe média:

A definição de classe média foi originalmente formulada por Max Weber, que viu no desenvolvimento capitalista do Século XX a emergência de um segmento social que se diferenciava do proletariado, da pequena e da grande burguesia. Recusando a formulação de Karl Marx, que apontava uma tendência de polarização da estrutura social pelo capitalismo, Weber indicava a constituição de um segmento social baseado no trabalho assalariado não manual e de remuneração adequada, com elevado nível educacional e abarcado pela proteção social vigente à época. Em suma, construía um conceito de classe média baseado em aspectos econômicos e não econômicos, que apresentava como característica fundamental sua inserção social diferenciada associada a uma relativamente baixa exposição aos riscos socioeconômicos que o capitalismo jogava sobre o proletariado. A formulação de Weber foi amplamente adotada nos estudos sobre estratificação e mobilidade social nos EUA e na Europa durante o ciclo de crescimento depois da II Grande Guerra, continuando a se constituir na principal referência dos realizados sobre as transformações

---

<sup>41</sup> WEBER, M. in: VELHO, O.; PALMEIRA, M.; BERTELLI, A. **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

socioeconômicas sob a égide da globalização financeira. Em razão das características da definição original, o tema foi principalmente explorado pelos sociólogos, tendo recebido menor atenção por parte dos economistas. (DEDECCA, 2012, p. 3).

Para o economista, esta observação dá evidência suficiente da restrição básica encontrada na definição do que seria a classe média emergente, produto do crescimento recente do país. Já que construída a partir de um critério fundado na renda familiar, assume uma perspectiva predominantemente econômica e derivada diretamente do aumento da capacidade de consumo corrente das famílias, dando atenção secundária às características das condições socioeconômicas de vida que as caracterizam e que são determinadas estruturalmente, sendo pouco influenciadas por alterações de curto prazo da dinâmica econômica. E, mesmo que dada a devida atenção à evolução das características socioeconômicas das famílias, seria espantoso que um país marcado por um padrão secular de desigualdade conseguisse superá-las em um prazo tão curto de expansão, sem alteração do sistema tributário.

Ainda, segundo o autor,

A ocorrência deste resultado seria uma evidência de que grandes pensadores brasileiros, como Joaquim Nabuco, Gilberto Freire, Sergio Buarque de Holanda e Celso Furtado teriam errado ao associar a desigualdade social a fatores estruturais do processo de desenvolvimento brasileiro. (DEDECCA, 2012, p. 3).

Se pensarmos que não há uma mudança significativa da estrutura produtiva do país que sustente novas funções e postos de trabalho, podemos também pensar que os ganhos com a melhoria da renda, se são suficientes para alguns saltos de poder de compra, não são suficientes para resolver os riscos econômicos e sociais, tanto de natureza individual como coletiva, em especial quando considerado os níveis ainda relativamente baixos de renda prevalecentes na maioria dos estratos. A redução dos riscos somente poderia ter ocorrido se a política social tivesse alterado o acesso quantitativo e qualitativo aos seus bens e serviços, como ocorreu na maioria dos países desenvolvidos no pós-guerra. Entretanto, se isto houvesse sido observado, não seria via mercado e, portanto, o critério para definição de classe média deveria ser baseado em outros fatores. O que nos leva a uma outra crítica, também levantada pelos economistas, acerca da precariedade das condições de vida

a que ainda são submetidas pessoas que fazem parte da NCM, a ser tratada mais adiante neste mesmo capítulo.

Mineiro e Leal (2102), economistas e técnicos do DIEESE, são outros dois a discordar do critério simplista de definição da NCM. Para eles, a discussão em torno da NCM “carece de substância” (MINEIRO; LEAL, 2012, p.7) visto que se apoia numa conceituação de “classe média” definida apenas em uma distinção de extratos de rendimento, se aproximando mais de uma ideia de “classes de renda média”. Tal leitura abstrai toda a discussão a respeito das formas de inserção na estrutura produtiva, dos padrões de consumo, dos hábitos e valores culturais que se expressam na busca de formação escolar e de acesso a bens culturais e no estabelecimento de redes de socialização, entre outros aspectos que poderiam e/ou deveriam ser tomados em consideração na utilização desse conceito.

#### 4.2 A CRÍTICA AOS INTERVALOS/VALORES ADOTADOS PARA NCM

A questão dos limites para a faixa de renda intermediária, atribuída por Neri (2011) e pela SAE/PR (BRASIL, 2012a) à NCM é um dos principais focos de toda polêmica envolvendo essa nova conceituação. Até mesmo Neri admite isso, antecipando-se às críticas nesse sentido:

Um ponto questionado por alguns é que a renda da nova classe média parece baixa. Antes de sujarmos sua mão de graxa nas engrenagens da pesquisa: depois de anos de instabilidade e estagnação, a classe média tupiniquim está crescendo aceleradamente. Este é o ponto fundamental. A parcela da Classe C subiu 22,8% de abril de 2004 a abril de 2008, neste mesmo período a nossa classe A&B subiu 33,6%. Portanto para quem acha classe média mais rica que a nossa classe C, a conclusão que a classe média cresceu não é afetada. (Neri, 2011, p. 84).

Além disso, no próprio documento do governo que oficializou a suposta promoção social de milhares de brasileiros (BRASIL, 2012a), surgem indícios da polêmica causada quando da divulgação da faixa de renda que aufeririam os componentes dessa NCM. Já no segundo caderno Vozes da Classe Média (BRASIL, 2012c) da SAE/PR, ainda de 2012, há uma seção exclusiva para (mais uma vez) justificar os limites elegidos. Entretanto, ao invés de responder às críticas, demonstrando a coerência dos limites selecionados para a NCM brasileira, utilizou-

se somente o tratamento estatístico da realidade que melhor conveyed para a finalidade desejada. Utilizando-se de comparações, tanto nacionais quanto internacionais, argumentou-se que a classe média tem de ter aproximadamente o tamanho que foi dimensionado – 52% da população, índice reajustado nessa edição (na primeira, era 53%) sem maiores fundamentações ou referências de fontes para os dados apresentados e utilizados como referência:

Atualmente, o limite inferior, tal como definido, nos dá um contingente de 50 milhões de brasileiros (28% da população) que pertencem à classe baixa, o que já parece alto, considerando estimativas clássicas de pobreza no país. Aumentar o limite inferior implicaria aumentar ainda mais esse contingente. Embora essa seja uma evidência em prol da adequação do limite inferior atual, alguma evidência internacional pode nos ajudar a corroborar a argumentação. Observamos que mais da metade da população mundial (54%) vive em famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 291<sup>42</sup> por mês (critério brasileiro para definir classe baixa). Aumentar esse limite significa incrementar o número de pessoas no mundo que vivem no padrão brasileiro de classe baixa, o que parece inverossímil. As comparações internacionais também trazem luz à avaliação do quão adequado está o limite superior. Apenas 18% da população mundial vivem em famílias com renda *per capita* acima de R\$ 1.019<sup>43</sup> por mês. Subir esse corte reduziria ainda mais o número de pessoas no mundo que se enquadram na definição brasileira de classe alta, o que também parece questionável. (BRASIL, 2012c, p. 11).

No terceiro caderno da série (BRASIL, 2013b), que data de 2013, mais uma vez, antes de adentrar o conteúdo proposto propriamente dito – neste caso, o empreendedorismo da NCM -, há uma seção de notas explicativas dos valores de renda delimitadores da NCM, divulgados por eles desde o primeiro volume dessa coleção. Não há dúvida de que a necessidade de uma nova explanação relativa a essa questão deva-se ao elevado volume de críticas recebidas quanto ao nível baixíssimo de renda considerada média e a arbitrariedade utilizada na classificação. Novamente, a rebatida é feita da forma inversa à que deveria, buscando-se justificativas para responder às críticas ao invés de se apoiar simplesmente no conceito sólido e bem estruturado (que, inclusive, muito provavelmente, reduziria o número de críticas), caso ele existisse. Nesta nota explicativa, elenca-se três fatores que podem provocar eventuais desconfortos com a definição técnica das três classes de renda e trata-se, da maneira que se julgou suficientemente clara, um por um na nota que antecede o texto:

---

<sup>42</sup> Em valores de junho de 2014, R\$ 334,68.

<sup>43</sup> Em valores de junho de 2014, R\$ 1.171,97.

a) parte da classe alta deseja ser percebida como classe média:

No Brasil, fazem parte dos 5% mais ricos todos aqueles em famílias com renda *per capita* acima de R\$ 2.400<sup>44</sup> ao mês e muitos membros desse grupo se consideram parte da classe média. Seria impossível conceber qualquer divisão da população em três classes de renda (baixa, média e alta) em que os 5% mais ricos estivessem fora da classe alta. Para todos aqueles com essa opinião, qualquer definição coerente para a classe média sempre os excluiria e, por essa razão, seria percebida como empobrecida. (BRASIL, 2013b, p. 21).

b) uso da renda declarada e sua subestimação:

Os cortes de renda que definem quem pertence a que classe e a própria análise da distribuição de renda tomam como base informações declaradas em pesquisas domiciliares. Embora pesquisas como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD colem informações confidenciais de qualidade e abrangência internacionalmente reconhecidas, não há dúvidas que subestimam a verdadeira renda das famílias, tal como ocorre com qualquer pesquisa dessa natureza. Portanto, há de se reconhecer que os pontos de corte sugeridos não retratam a “verdadeira” renda de cada um, mas sim a renda declarada. Esse é um fato que, em hipótese alguma, retira a importância das análises da distribuição de renda baseadas em pesquisas domiciliares. No caso específico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – existem duas grandes razões para que ocorra subestimação da renda. Primeiro, há certos componentes da renda familiar que a pesquisa não captura. É o caso da renda não monetária, das rendas voláteis ou eventuais que incluem, por exemplo, seguro desemprego, décimo terceiro salário, horas extras não sistemáticas, indenizações e ganhos com loterias e outros prêmios. Afinal, uma pesquisa com essa amplitude, que avalia características demográficas, condições habitacionais, situação no mercado de trabalho, escolaridade etc. não pode mesmo cobrir todos os itens necessários para a mensuração da renda das famílias em alto grau de detalhe. A segunda razão para que a PNAD subestime a renda das famílias é que mesmo os quesitos da renda medidos por ela são subdeclarados. Esse é particularmente o caso dos rendimentos normalmente recebidos de ativos financeiros e decorrentes de transferências entre famílias.

Uma vez que os pontos de corte propostos no caderno Vozes se originam de análises baseadas na distribuição de renda capturada pela PNAD, é natural uma percepção geral de que esses pontos estejam abaixo do que deveriam. (BRASIL, 2013b, p. 21).

a) renda familiar *total* versus renda familiar *per capita*:

A renda de uma família é repartida entre seus membros e, por essa razão, o bem-estar de cada pessoa depende não só da renda total, mas também do tamanho da família. É evidente que dois casais que disponham do mesmo

---

<sup>44</sup> Em valores de junho de 2014, R\$ 2.760,29.

nível de renda familiar total não terão o mesmo nível de bem-estar se um deles tiver dois filhos e o outro, cinco. Em princípio, o nível de bem-estar do casal com dois filhos será maior. A renda familiar *per capita* é um indicador de bem-estar que leva em consideração tanto a renda familiar *total* como o tamanho da família. Assim sendo, os pontos de corte que delimitam a classe média são, em geral, expressos em valores *per capita*.

A família brasileira tem, em média, cerca de três membros, o que faz com que a renda *per capita* tenda a ser 1/3 da renda familiar *total*. Aqueles que inadvertidamente acham que os pontos de corte propostos são valores para a renda familiar total terão a sensação que eles estão muito abaixo do que deveriam. [...] Definir a classe média como o grupo de pessoas com renda familiar total entre R\$ 1.300 a R\$ 3.700<sup>45</sup> por mês é “equivalente” a considerar como classe média, o grupo com renda familiar *per capita* entre R\$ 291 e R\$ 1.019<sup>46</sup> por mês. (BRASIL, 2013b, p. 23).

Sobrinho (2011) também toca na parte quantitativa do critério, que põe em cheque a fixação do intervalo de rendas familiares assumidas como médias. De acordo com ele:

A decisão de Neri (2011) de plantar sua Classe C entre a mediana das rendas familiares e o decil mais rico da distribuição gerou um intervalo que teve como marco mínimo um valor (R\$ 1.064,00<sup>47</sup>, a preços de abril de 2008) inferior à metade do salário mínimo estimado como necessário pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para aquele mesmo mês (R\$ 2.194,76<sup>48</sup>). (SOBRINHO, 2011, p. 9).

Para o autor, é flagrante a assintonia entre o padrão de vida possibilitado por ganhos dessa magnitude de um lado, e, de outro, as representações sociais tradicionalmente associadas a uma posição e a um estilo de vida de “classe média” — carregado de distinções, do ponto de vista material e/ou simbólico, frente às classes inferiores.

Além disso, Sobrinho (2011) lembra que a classe média no sentido estatístico de Neri (2011) é definida a partir de um recorte, reconhecidamente arbitrário, na distribuição das rendas familiares da população brasileira. O intervalo estabelecido inicia-se na mediana (o valor que serve para seccionar a população em dois grupos com igual número de componentes — os 50% com resultados inferiores e os 50% com resultados superiores) e se prolonga até o início do último decil — os 10%

---

<sup>45</sup> Em valores de junho de 2014, seriam de, respectivamente, R\$ 1.495,16 e R\$ 4.255,44.

<sup>46</sup> Em valores de junho de 2014, seriam de, respectivamente, R\$ 334,68 e R\$ 1.171,97.

<sup>47</sup> A preços de junho de 2014, R\$ 1.520,31.

<sup>48</sup> A preços de junho de 2014, R\$ 3.136,01.

“mais ricos” (NERI, 2011). Esse corte já conta, portanto, com uma participação *a priori* de 40% da “pirâmide” das famílias brasileiras, arbitrariamente.

Dedecca (2012) é outro a questionar o intervalo de renda da NCM, ao apontar que parte da população que se enquadra neste critério econômico de classe média vive em domicílios com renda inferior a meio salário mínimo *per capita*, ou seja, com renda abaixo da referência da proteção social estabelecida pela Constituição Federal de 1988, de acordo com dados da PNAD 2011 (14 milhões de famílias e 55 milhões de pessoas).

Pochmann (2012) não aceita a sugestão de que R\$ 291<sup>49</sup> *per capita* sejam piso sequer de pobre. Portanto, ainda que restrito ao critério de renda somente, ele coloca em dúvida que tais rendas classifiquem alguém como pertencente à classe média.

Quadros, Gimenez e Antunes (2013) criticam os diversos pesquisadores de instituições oficiais que viram a emergência de uma nova e pujante classe média e a grande redução da miséria. Afirmam que seu foco “doutrinário” nos miseráveis determina uma linha de corte para o ingresso na classe média bastante baixa, gerando uma estrutura social com uma classe média superdimensionada e citam como exemplo o fato de 64% das empregadas domésticas, piso do mercado de trabalho urbano, serem incluídas na classe média; outro exemplo citado por eles é o fato de 54% dos chefes de família sem escolaridade ou com fundamental incompleto serem de classe média, informação retirada do próprio documento oficial da SAE/PR (BRASIL, 2012b).

Para Vidal (2012), o piso da Classe C (R\$ 1.200/mês<sup>50</sup>) é insuficiente para enquadrar uma família como classe média. O critério da FGV e os demais critérios internacionais para a classe média são muito subjetivos e diferentes em valores. No Brasil, o DIEESE considera que o salário mínimo necessário para que uma família atenda às suas necessidades vitais básicas é de R\$ 2.285<sup>51</sup> (setembro/2011). Como considerar uma família que tem menos do que o básico para sobreviver como classe média? Nos Estados Unidos, uma família com uma renda anual de 7 mil dólares, o piso da nossa classe média, estaria entre os 5% mais pobres do país e abaixo da

---

<sup>49</sup> Em valores de junho de 2014, R\$ 334,68.

<sup>50</sup> Em valores de junho de 2014, R\$ 1.418,53.

<sup>51</sup> Em valores de junho de 2014, R\$ 2.701,12.



linha da pobreza. Considerar uma família miserável num país e classe média em outro constitui uma discrepância insanável, para o autor. O Banco Mundial divulgou recentemente um estudo onde classifica como classe média na América Latina famílias com renda entre 14,6 mil e 73 mil dólares anuais em PPC, um piso em torno de R\$ 2.500<sup>52</sup> mensais, o dobro do piso da FGV. Esse estudo enquadrou apenas 32% da população brasileira em 2009 como classe média. E o mais importante: a nossa classe média não é mais brilhante do que a dos nossos vizinhos, a média da América Latina é de 30%, similar a nossa. A nossa classe média é proporcionalmente menor do que a de países como Chile, Argentina e Uruguai (VIDAL, 2012, p.10)

#### 4.3 A CRÍTICA LIGADA À QUESTÃO DAS OCUPAÇÕES DA NCM

A ideia, ao se associar classe com ocupação no mercado de trabalho é que, mesmo que os rendimentos variem, há um padrão médio de vida conforme a ocupação, além da exigência de um determinado nível de escolaridade.

Sobrinho (2011, p. 75) afirma que “se, para além do sentido estritamente estatístico de ‘média’ que Neri (2011) abraça, quisermos identificar em uma ‘classe’ uma condição estrutural intermediária, é difícil sustentar que essa será a classe da marmita”. E questiona “O trabalhador que ‘conquistou’ sua marmita teria, assim, ascendido de uma ‘zona’ de estratificação social, em que, até há pouco, estava abaixo dos níveis mais baixos de trabalho formal, diretamente para a classe média?” (SOBRINHO, 2011, p. 9). Dessa maneira, emerge a questão da ocupação neste estudo - que virá a se repetir em muitos outros depois – já que teria sido o mercado de trabalho formal o grande veículo de mudança no perfil distributivo do país, conforme Neri (2011). Segundo Sobrinho (2011), parte importante da expansão do mercado de trabalho formal se concentra em ocupações tradicionalmente classificadas como estratos operários ou “baixos”, sob o ponto de vista da

---

<sup>52</sup> Em valores de junho de 2014, R\$ 2.955,28.

remuneração e do *status*, ou seja, não ligados à classe média. Para isso, o autor vale-se de uma citação de Quadros<sup>53</sup>:

Merece registro que na definição das demais linhas de corte tomamos como referência algumas ocupações típicas de classe média. Assim, a faixa correspondente à alta classe média por definição deveria, por exemplo, conter os professores do ensino superior. Da mesma forma, os professores do ensino médio deveriam ser contemplados na média classe média; e os professores do ensino fundamental, auxiliares de enfermagem, escriturários e balconistas, na baixa classe média. (*apud* SOBRINHO, 2011, p. 11).

As evidências de que esse estrato de renda cresceu, sobretudo, pela expansão do emprego formal levaram Sobrinho (2011) a concordar com a tese dos batalhadores de Jessé Souza (2012), segundo a qual se tem, antes uma nova classe trabalhadora que uma NCM.

Sicsu (2013) afirma que “em termos econômicos e sociais, a mais importante mudança estrutural do Brasil nos últimos anos foi a constituição de um enorme mercado de consumo.” (SICSU, 2013, p. 69). Mas, para ele igualmente, não é correto afirmar que a base que explica a expansão do mercado doméstico de consumo é uma NCM devido à questão das ocupações relacionadas a ela.

Os novos consumidores do mercado doméstico são trabalhadores. Houve, nos últimos anos, uma enorme expansão da classe trabalhadora, aquela que “sua a camisa”, aquela que sofre dia a dia nos transportes urbanos.[...] A classe média é formada por médicos, advogados, administradores, psicólogos... profissionais liberais que não são capitalistas e nem dependem dia a dia sua força física na produção de bens e na geração de serviços. O alargamento do mercado doméstico tem como base milhões de indivíduos, homens e mulheres, que vendem a sua força de trabalho e recebem salário. Em sua grande maioria, ganham menos que três salários mínimos. São operários da construção civil, comerciários, porteiros, manicures, motoristas, garis, empregadas domésticas, motoboys etc. Eles são os novos consumidores brasileiros, É gente que imigrou para o sudeste de ônibus e hoje volta ao nordeste para visitar seus parentes de avião. (SICSU, 2013, p. 70).

Pochmann (2012) também questiona a ascensão econômica de uma parcela significativa da população brasileira com base no critério da ocupação. Para ele, “não se trata da emergência de uma nova classe — muito menos de uma classe média” (POCHMANN, 2012, p. 8). O economista se justifica apontando que esse

---

<sup>53</sup> QUADROS, W. Brasil: um país de classe média? **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 4, n.40, dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Estratificação social no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. (Texto para discussão, n. 147). Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/>>.

fenômeno, estimulado inicialmente por políticas públicas de redistribuição de renda e alavancado pela criação de mais de 20 milhões de postos de trabalho ao longo da última década, é caracterizado em sua esmagadora maioria por ocupações em setores como o de serviços, o de trabalho terceirizado e o de trabalho para famílias, entre outros não associados à concepção de “classe média”. Em *Nova classe média? - o trabalho na base da pirâmide social*, de 2012, o economista realizou um estudo detalhado dos empregos gerados entre 2000 e 2010, que chegaram a quase 21 milhões. Com dados históricos da PNAD, Pochmann demonstrou que mais de 19 milhões deles, ou seja, 95% do total, estiveram relacionados a postos de trabalho cujos salários eram inferiores a 1,5 salário mínimo. O autor não nega a ascensão social promovida pelas novas ocupações (ainda que com contido nível educacional e limitada experiência profissional) às enormes massas humanas resgatadas da condição de pobreza, mas ressalva que ela ainda está distante de qualquer configuração que não a de classe trabalhadora. Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa, de acordo com Pochmann (2012), em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. Associam-se, sim, às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo. E não há, neste sentido, para Pochmann (2012), qualquer novidade, pois se trata de um fenômeno comum, uma vez que o trabalhador não poupa, e sim gasta tudo que ganha, gatilho para seu próximo livro sobre o tema.

Na segunda obra de Pochmann (2014) sobre a temática, *O mito da grande classe média – capitalismo e estrutura social*, lançado em 2014, o foco muda do emprego para o consumo. Desta vez, o autor, de posse da análise do avanço das ocupações na base da pirâmide social brasileira já realizada em sua obra anterior, foca na ampliação do consumo popular, resultado mais evidente da ampliação do emprego e da renda, seu objeto de estudo pioneiro. Também com dados históricos da PNAD e da POF, neste estudo, o autor conclui que a ampliação da renda absorvida pelo segmento populacional representado pelos 40% mais pobres dos brasileiros permitiu ampliar o consumo, uma vez que esse segmento social dificilmente teria condições de poupar, dada a demanda reprimida historicamente. Com isso, a elevação do rendimento permitiu incluir, pelo consumo, parcela importante da sociedade, derivada dos movimentos positivos das ocupações e dos

rendimentos dos trabalhadores de salário de base. Segue a contestar, no entanto, a classificação dessa parcela da sociedade como NCM. Por inúmeras vezes em Pochmann (2014), há a crítica à afirmação (para ele, errônea) do surgimento de uma NCM conduzida pelo acesso ao consumo de bens duráveis e serviços por aquele até há pouco deles excluídos. O autor deixa claro, mais uma vez, que a ausência de uma análise das classes sociais em sua determinação concreta segundo as condições r de sua base material redundam em “um voluntarismo teórico inconsistente com a realidade, salvo interesses específicos ou projetos políticos de redução do papel do Estado” (POCHMANN, 2014, p. 10). Pochmann justifica suas duas obras pela necessidade de interpretações mais profundas a respeito do curso das transformações no capitalismo contemporâneo e de seus efeitos condicionantes no interior da estrutura social brasileira, capazes de questionar a versão da NCM por conta de sua fragilidade e de seu simplismo, e por ser tal hipótese desprovida de maior rigor acadêmico.

Assim como Marcio Pochmann (2012; 2014), André Singer (2012), ambos intelectuais petistas, vem buscando entender, nos seus últimos trabalhos, essa nova configuração de classes sociais. E nenhum dos dois parece aderir à noção de NCM. A ideia chave que orienta a crítica dos dois sobre as transformações da estrutura de classes do Brasil é a de “nova classe trabalhadora”, também em concordância com Jessé de Souza. Ao invés de celebrar o surgimento de uma nova classe intermediária medida apenas pela renda, esta corrente entende que o movimento realizado nestes dez anos foi o de alargar o mercado de trabalho formal de modo a incluir parcelas significativas dos mais pobres, cujo contato anterior com o mundo do trabalho, quando existia, era sazonal ou precário.

Quadros, Gimenez e Antunes (2013) utilizam-se do conceito de NCM introduzido por Wright Mills<sup>54</sup> nos anos 1950, que se referia à expansão do emprego de colarinho branco – típica da estrutura ocupacional da grande empresa da 2ª Revolução Industrial – para contrapor a ideia de NCM utilizada no Brasil de hoje, deixando clara sua opinião de que concordam que a estrutura ocupacional delimita os espaços para a luta dos indivíduos por mais dinheiro, melhores empregos e ascensão social, ou seja, de que a estrutura ocupacional é um bom determinante para classes sociais. Para os autores:

---

<sup>54</sup> MILLS, C. W. **White Collar**. New York: Oxford University Press, 1951.

O conceito de nova classe média – classe social que não é proprietária dos meios de produção e que também não trabalha na fábrica com as mãos, como o operário – é amplo o suficiente para incluir ocupações as mais diversas e rendimentos os mais díspares: do vendedor de loja ao diretor do grande banco, do *office boy* ao advogado do grande escritório. [...] Quanto mais desenvolvido o país e melhor sua estrutura ocupacional, maiores tendem a ser as boas oportunidades disponíveis às pessoas – e maior sua classe média-alta. O emprego é o alicerce da inserção do indivíduo em sociedades como a brasileira e, depois da propriedade, é a base da desigualdade social; portanto, a geração de bons empregos é fundamental para o desenvolvimento social. (QUADROS; GIMENEZ; ANTUNES, 2013, p. 8).

Isto significa que, para eles, uma grande classe média é um indicador dos mais relevantes do bem-estar social e do desenvolvimento material alcançado por determinada sociedade. A alardeada NCM, por outro lado, é progressivamente simbolizada pelo trabalhador dos serviços às pessoas, de renda instável, vida precária e que trabalha o máximo que pode, totalmente contrário ao conceito adotado pelos autores portanto. A atual NCM ou classe C – auxiliares de escritório, atendentes, vendedores, garçons, professores primários, policiais, auxiliares de enfermagem, além de dois terços dos empregados domésticos – tem insuficiências e carências de todo tipo, em termos dos seus padrões e estilos de vida (condições gerais para educar seus filhos, ao padrão de atenção dispensado à saúde, à precariedade do transporte nas grandes cidades, às condições de moradia, aos problemas de segurança pública, às incertezas projetadas para a velhice). Deixando claro que não negam “as melhorias nas remunerações destes e de outros inúmeros trabalhadores populares” (QUADROS; GIMENEZ; ANTUNES, 2013, p. 11), os autores se negam a considerá-los como típicos membros do que se costuma considerar uma classe média, alegando a incoerência desta metodologia com a realidade social.

Mineiro e Leal (2012), no mesmo sentido de Pochmann (2012), buscaram respaldo para a oposição à ideia de NCM na evolução do mercado de trabalho e dos rendimentos do Brasil no período recente. A partir dos dados das PNAD 2003 e 2011, demonstram que, apesar de haver crescido também o número de ocupados nos extratos superiores de renda, a concentração da criação de postos de trabalho se deu na faixa de até três salários mínimos. Desta forma, os empregos gerados acabam concentrados nas atividades de comércio, de serviços de mais baixa qualificação e da construção civil, setores em que, no caso brasileiro, as ocupações

são vinculadas a rendimentos mais baixos. Segundo os autores, esse modelo tem algum fôlego, mas são evidentes as suas limitações no sentido de gerar postos de trabalho de qualidade. Afinal, embora menos desigual no presente, a desigualdade ainda é uma marca da estrutura de rendas no Brasil, e ainda há muito por fazer do ponto de vista da montagem de uma infraestrutura social e econômica que possa ser considerada socialmente razoável e digna de “um país de classe média”, citando discurso da presidenta.

#### 4.4 A CRÍTICA QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE VIDA DA NCM

Dedecca (2012), apoiado nos trabalhos de Uchôa e Kerstenetzky (2012; 2013), descreve a situação de fragilidade social de alguns desses membros da NCM. Segundo ele, os resultados não confirmam que, mesmo com a inegável expansão da política social ocorrida ao longo da década passada, a precariedade das condições de vida dos segmentos inferiores e intermediários tenha sido modificada substantivamente.

Com apoio no detalhamento dos resultados propiciados pelas bases de dados nacionais promovidas pelo IBGE - um terço da população ocupada dos domicílios com renda intermediária não tinha proteção social, um em cada três possuíam rede inapropriada de esgoto, 40% das suas crianças e jovens se encontravam em situação de defasagem escolar, somente um a cada três membros adultos havia terminado o ensino médio e apenas 5% deles tinham conseguido uma formação de ensino superior; considerando os bens de consumo durável, 5% dos domicílios não possuíam televisão, mas 53% e 64% não tinham, respectivamente, máquina de lavar e computador -, o autor afirma a ampliação do acesso aos bens de consumo corrente pela população de menor renda e dos estratos intermediários, mas não confirma uma mudança estrutural das condições de vida destes segmentos (DEDECCA, 2012). E ainda defende que a constatação é totalmente plausível se considerados os desequilíbrios sociais seculares que gravam a sociedade brasileira e que foram devidamente apontados por nossos pensadores nacionais, lembrados por ele anteriormente.

De acordo com Vidal (2012), no Brasil, entre as famílias que possuem o nível de rendimento do piso da Classe C (R\$ 1.200/mês<sup>55</sup>), o déficit habitacional é alto porque os programas governamentais de financiamento têm dificuldade de atingir as famílias que ganham até três salários mínimos, por falta de imóveis compatíveis com essa faixa de rendimento. A grande maioria depende de serviços públicos de educação, transporte e saúde precários. Uma parcela vive nas grandes cidades em favelas sem saneamento básico e pavimentação e em áreas com alta criminalidade. As condições de qualidade de vida e de consumo continuam evidenciando um forte quadro de pobreza e de ausência de serviços básicos.

Como resultado destas reflexões tem-se que o consumo de bens duráveis (geladeiras, computadores e motos) e de serviços (beleza, TV a cabo, viagens aéreas) aumentou muito na última década, mas isso é insuficiente para classificar esse contingente de pessoas como classe média. Além disso, parte desse aumento de consumo foi obtido via endividamento e não via aumento de rendimentos. O crédito pessoa física no país saltou de 82 bilhões para 632 bilhões entre 2003 e 2011, um aumento real de 364%, sendo uma grande fatia direcionada à classe C. Esse endividamento pode se tornar insustentável no longo prazo, já que mais de 20% da renda das famílias brasileiras é direcionada para o pagamento de dívidas. Sendo assim, e para lembrar os “riscos socioeconômicos” que, segundo Weber, ameaçam aqueles que pertencem, isso sim, ao mais frágil proletariado, as famílias brasileiras que vivem ainda na expectativa de os sofrerem não podem ser identificadas aos setores médios de nossa sociedade.

---

<sup>55</sup> Em valores de junho de 2014, R\$ 1.418,53.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob uma variedade de matizes e em diferentes âmbitos da vida social, difunde-se o discurso que afirma a emergência de uma NCM no Brasil. Para qualquer governante de um país, pouca coisa poderia servir melhor como legado do seu governo do que o de ter criado uma NCM. Ainda mais em um país emergente com uma longa tradição de extrema desigualdade. Por isso, não pode surpreender o fato de, nos últimos anos da história brasileira, ter sido construída uma narrativa que organiza os ganhos reais de pessoas de baixa renda e os avanços nas políticas sociais sob este título. Mesmo que sob alegações da utilização da denominação somente como “apelido”, facilitador por já ser amplamente utilizado, sem intenções sociológicas e claramente baseado apenas na renda intermediária e, portanto, uma classe média, fica clara a intenção da referência à categoria sociológica da classe média tradicional, conceito amplamente complexo e gerador de discussões em vários campos das ciências humanas em qualquer período da história.

Como qualquer representação a respeito do mundo social, essa ideia, na medida em que se consagra, incide e interfere na realidade que pretende retratar. Até por isso, é importante que se aprimore, por meio do debate e da crítica, o conteúdo que — partindo do campo científico, investido de poder legitimador — é lançado à arena pública mais ampla. Sem qualquer intenção de esgotar a discussão quanto ao tema, buscou-se neste trabalho confrontar definições, conceitos e ideias a respeito do estrato sociológico da classe média e da NCM com as opiniões de cientistas humanos que se manifestaram sobre a inegável mobilidade social e material alcançada pelos brasileiros desde a década de 2000, com criação de milhões de empregos, ampliação das políticas públicas inclusivas, principalmente em educação e habitação, e aumento do poder de consumo dos trabalhadores para criação de um posicionamento acerca da convergência do discurso oficial e da realidade brasileiros.

É grande a importância de se afinarem os instrumentos técnicos com os quais se investigam os fenômenos relativos à distribuição de renda e — o que não é sinônimo —, à estratificação social ou à estrutura de classes no país. Procuramos, aqui, indicar aspectos que nos convocam a ter reservas frente à tese da ascensão da NCM. Há razões para considerar que ela não é propriamente uma classe nem é,



rigorosamente, média. Além da falta de rigor sociológico no uso do termo, como apontaram nossos esforços em busca dos conceitos de classe média melhor estabelecidos nas ciências sociais, encontramos, na literatura consultada, críticas quanto à definição simplista de NCM formulada pela SAE/PR baseada somente na renda intermediária brasileira, aos valores baixíssimos que limitam a faixa de renda que a constitui, à natureza das ocupações no mercado de trabalho que possuem seus supostos formadores, muito distante da das que usualmente são associadas à classe média tradicional, e à precariedade das condições de vida a que ainda são submetidas algumas dessas pessoas.

Acima de quaisquer dados e pesquisas, contudo, as manifestações que tomaram conta das ruas brasileiras a partir de junho de 2013 demonstraram empiricamente que há um descompasso entre o Brasil real e o país da NCM. Fica evidente que se trata menos de um fato sociológico e mais de um projeto de estratégia e marketing políticos. Por esse motivo, a retórica e as artes aritméticas das classificações de renda que o acompanham não apenas fazem sentido como são estratégicas. As estatísticas oficiais, incapazes de enxergar o Brasil como realmente é, atribuem aos integrantes desta nova classe de renda uma “promoção social” à qual eles estão longe de corresponder. Pelo contrário, a maioria deles pode ser considerada pobre de fato sob qualquer critério sociológico que se leve em consideração. Antes de NCM, fico, portanto, com “os batalhadores” de Jessé Souza.

Mais importante que a questão semântica ou conceitual, no entanto, a vantagem deste projeto chamado NCM é que ele nos compele, enquanto cidadãos e observadores atentos às mudanças dinâmicas da sociedade brasileira, a refletir novamente sobre o que constitui e deveria constituir uma classe média-base de uma sociedade moderna mais justa e igualitária e quais seriam o papel e as obrigações que o Estado, organizador e regulador da sociedade moderna, deveria assumir.

## REFERÊNCIAS

ABEP, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Critério padrão de classificação econômica** — Brasil/2008. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. **Comissão para Definição da Classe Média no Brasil**. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Governo Federal, Brasília, DF, [2012a]. Disponível em: <[http://www.sae.gov.br/site/wp-content/ciclodpalestras/livro.php?id=120927222957-e712dcc2106244c4a67790837cc9e234&name=01\\_Relatorio\\_de\\_definicao\\_da\\_class\\_e\\_media\\_no\\_Brasil](http://www.sae.gov.br/site/wp-content/ciclodpalestras/livro.php?id=120927222957-e712dcc2106244c4a67790837cc9e234&name=01_Relatorio_de_definicao_da_class_e_media_no_Brasil)>. Acesso em: 14 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Perguntas e Respostas sobre a Definição da Nova Classe Média**.

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Governo Federal, Brasília, DF, [2012b]. Disponível em: <[http://www.sae.gov.br/site/wp-content/ciclodpalestras/livro.php?id=120927215948-c08b47412f5b4804b28709f7eded14e0&name=02\\_Perguntas\\_e\\_Respostas\\_Sobre\\_a\\_definicao\\_da\\_classe\\_media](http://www.sae.gov.br/site/wp-content/ciclodpalestras/livro.php?id=120927215948-c08b47412f5b4804b28709f7eded14e0&name=02_Perguntas_e_Respostas_Sobre_a_definicao_da_classe_media)>. Acesso em: 14 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Vozes da Classe Média**, caderno 02: desigualdade, heterogeneidade e diversidade. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Governo Federal, Brasília, DF, nov. 2012c. Disponível em:

<[http://www.sae.gov.br/site/wp-content/ciclodpalestras/livro.php?id=121204180855-51e2317d73f748b48c1586288e1dd27c&name=Vozes\\_da\\_Classe\\_Media\\_Segundo\\_Caderno](http://www.sae.gov.br/site/wp-content/ciclodpalestras/livro.php?id=121204180855-51e2317d73f748b48c1586288e1dd27c&name=Vozes_da_Classe_Media_Segundo_Caderno)>. Acesso em: 14 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Vozes da Classe Média**, caderno 04: classe média e emprego assalariado. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Governo Federal, Brasília, DF, ago. 2013a. Disponível em:

<[http://www.sae.gov.br/site/wp-content/ciclodpalestras/livro.php?id=130830211942-faaaff0de6ced4406d1ea824e8cc7ea3&name=quarto\\_caderno\\_vozes\\_da\\_nova\\_classe\\_media](http://www.sae.gov.br/site/wp-content/ciclodpalestras/livro.php?id=130830211942-faaaff0de6ced4406d1ea824e8cc7ea3&name=quarto_caderno_vozes_da_nova_classe_media)>. Acesso em: 14 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Vozes da Classe Média**, caderno 3. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Governo Federal, Brasília, DF, abr. 2013b. Disponível em: <[http://www.sae.gov.br/site/wp-content/ciclodpalestras/livro.php?id=130506195713-b93b21f3a0c24f67bc1975eea0c48f31&name=terceiro\\_caderno\\_vozes\\_da\\_nova\\_classe\\_media](http://www.sae.gov.br/site/wp-content/ciclodpalestras/livro.php?id=130506195713-b93b21f3a0c24f67bc1975eea0c48f31&name=terceiro_caderno_vozes_da_nova_classe_media)>.

>. Acesso em: 14 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Vozes da Classe Média**, Edição Marco Zero: é ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Governo Federal, Brasília, DF, 20 set. 2012d. Disponível em: <[http://www.sae.gov.br/site/wp-content/ciclodpalestras/livro.php?id=120927214427-33cc2701744f4b3d99dd3616fcd721ec&name=03\\_Vozes\\_da\\_Classe\\_Media\\_edicao\\_marco\\_zero](http://www.sae.gov.br/site/wp-content/ciclodpalestras/livro.php?id=120927214427-33cc2701744f4b3d99dd3616fcd721ec&name=03_Vozes_da_Classe_Media_edicao_marco_zero)>.

>. Acesso em: 14 jun. 2014.

CARNEIRO, F. Doutor Demografia. **Veja Rio**, Rio de Janeiro, jul. 2011. Disponível em: < <http://vejario.abril.com.br/edicao-da-semana/vejarj2225-doutor-demografia-633105.shtml>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

DEDECCA, C. Nova classe média: não a temos, mas podemos tê-la. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 279, dez. 2012. Disponível em: < [http://www.corecon-rj.org.br/pdf/JE\\_dezembro\\_2012.pdf](http://www.corecon-rj.org.br/pdf/JE_dezembro_2012.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2014. p.3-4.  
Disponível em: <<http://www.viverbem.fmb.unesp.br/>>. Acesso em: 26 maio 2014.

DELGADO, G. A notícia é essa: temos uma nova classe rica: depoimento. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 270. São Leopoldo, ago. 2008. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2074&secao=270](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2074&secao=270)>. Acesso em: 14 jun. 2014.

KERSTENETZKY, C; UCHÔA, C. **É a “nova classe média” classe média?** O que diz a Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009). Texto para discussão n. 66. Niterói: Universidade Federal Fluminense, out. 2012.

\_\_\_\_\_. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. In: BARTELT, D. (Org.) **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. p. 16-30.

MACHADO, L. De repente, classe C. **Folha de São Paulo**, São Paulo, jul. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/54594-de-repente-classe-c.shtml>>. Acesso em: 26 maio 2014.

MATTOSO, C. Classes sociais: uma discussão sobre os conceitos na sociologia e antropologia e sua incorporação ao marketing. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, Campo Largo, v. 5, n. 2, nov. 2006. Disponível em: < <http://revistas.facecla.com.br/index.php/recadm/article/view/260>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

MINEIRO, A; LEAL, J. Redução da desigualdade, formalização e melhoria dos rendimentos. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 279, dez. 2012. Disponível em: < [http://www.corecon-rj.org.br/pdf/JE\\_dezembro\\_2012.pdf](http://www.corecon-rj.org.br/pdf/JE_dezembro_2012.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2014. P.7-8.

NERI, M. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

QUADROS, W; GIMENEZ, D; ANTUNES, D. Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil. In: BARTELT, D. (Org.) **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. P. 43-54.

SCALON, C; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.27, n.2, maio/ago. 2012. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922012000200009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922012000200009&script=sci_arttext)>. Acesso em: 14 jun. 2014.

SICSU, J. **Dez anos que abalaram o Brasil: e o futuro?** Os resultados, as dificuldades e os desafios dos governos de Lula e Dilma. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOBRINHO, G. “**Classe C**” e sua **alardeada ascensão: nova? Classe? Média? Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, v. 38, n. 4, 2011. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2527>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

SOUZA, A; LAMOUNIER, B. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade.** Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: 2010.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

VIDAL, F. Existe uma nova classe média no Brasil? **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 279, dez. 2012. Disponível em: < [http://www.corecon-rj.org.br/pdf/JE\\_dezembro\\_2012.pdf](http://www.corecon-rj.org.br/pdf/JE_dezembro_2012.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2014. p.9-11.